



CLIPPING INTERNET
14/11/2019 ATÉ 14/11/2019



INDÍCE

1	ANIVERSÁRIO DO TJMA	
	1.1 BLOG DO MINARD.....	1
	1.2 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	2
	1.3 SITE O MARANHENSE.....	3
2	DECISÕES	
	2.1 SITE AGORA SANTA INÊS.....	4
3	DESEMBARGADOR	
	3.1 BLOG AMARCOS NOTÍCIAS.....	5
	3.2 BLOG GILBERTO LEDA.....	6
4	INSTITUCIONAL	
	4.1 BLOG MINUTO BARRA.....	7
5	PROCESSO SELETIVO	
	5.1 BLOG DO MINARD.....	8
	5.2 SITE G1 MARANHÃO.....	9
	5.3 SITE IMIRANTE.COM.....	10
	5.4 SITE JORNAL PEQUENO.....	11
	5.5 SITE O IMPARCIAL ONLINE.....	12
	5.6 SITE O MARANHENSE.....	13

Desembargadora Ângela Salzar é eleita Secretária do COCEVID

A desembargadora Angelar Salazar com a presidente do Cocevid, desembargadora Salete Sommariva

A desembargadora Angela Salazar - presidente da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão - foi eleita para o cargo de Secretária do Colégio de Coordenadores da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário Brasileiro (Cocevid), em São Paulo.

O Cocevid reúne as coordenadorias estaduais responsáveis, em seus Tribunais, pelo fomento de políticas institucionais contra a violência doméstica, de forma autônoma ou com órgãos municipais, estaduais ou federais, atuando sempre sob as diretrizes e as metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A eleição da desembargadora do TJMA, Angela Salazar, como Secretária e da desembargadora do TJSC, Salete Sommariva, como presidente do Colégio de Coordenadores da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário Brasileiro ocorreu na sequência dos trabalhos do XI Fonavid, com a apresentação de palestras, debates e oficinas práticas para os juízes que atuam em processos de violência no âmbito das relações domésticas, afetivas ou familiares.

A ideia do Cocevid é unir e fortalecer as coordenadorias estaduais das mulheres e aproximá-las do Fórum Nacional de Juízas e Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Fonavid). O trabalho do Cocevid consiste na força da união pelo enfrentamento da violência contra as mulheres e da desigualdade existente nos direitos humanos das mulheres.

O Fonavid tem a tarefa de elaborar enunciados que orientam os procedimentos dos operadores do direito e subsidiam decisões e entendimentos dos integrantes da magistratura brasileira.

Comunicação Social do TJMA

Entrega de medalhas marca comemoração dos 206 anos do TJMA

Em solenidade comemorativa pelos 206 anos da Corte estadual de Justiça, o Poder Judiciário do Maranhão concedeu, nesta quinta-feira (14), a “Medalha dos Bons Serviços Desembargador Bento Moreira Lima”; a “Medalha do Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Vellozo” e a “Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes” a personalidades que se destacam pelos relevantes serviços prestados à Justiça e à cidadania. As medalhas foram entregues pelos desembargadores da Corte estadual.

Foram agraciados magistrados do Judiciário estadual e de outros tribunais, advogados, procuradores, assim como personalidades de diversos ramos profissionais, tais como professores, médicos, autoridades militares, deputados, jornalista e empresário. Entre os homenageados destaca-se o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Benedito Gonçalves.

Em seu discurso, o presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, enalteceu a contribuição daqueles que construíram a história e projetaram a Corte judicial maranhense nos últimos dois séculos.

“Mudanças positivas ocorreram no âmbito do Tribunal ao longo desses 206 anos. Para isso, foram fundamentais o comprometimento e a valiosa contribuição dos eminentes desembargadores – dos fundadores aos atuais – eminentes juízes de Direito e dos estimados servidores e de toda a família judiciária, na prestação de serviços inerentes à distribuição de Justiça, num grau de profissionalismo que nos deixa muito felizes”, assinalou.

O desembargador Joaquim Figueiredo parabenizou os homenageados pelos importantes serviços prestados à Justiça e disse ser grato a todos os que sonham e fazem um mundo melhor.

“A todos, uma cordial saudação e o penhor da nossa mais profunda gratidão. Longa e bela vida ao Egrégio Tribunal de Justiça do Maranhão. Que os seus 206 anos ajudem a fortalecer a Justiça e as instituições democráticas, para o bem do povo maranhense e brasileiro. Somos a Justiça da esperança e dos sonhos. Temos em nós todos os sonhos do mundo”, concluiu.

Em nome de todos os agraciados, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Benedito Gonçalves – que ingressou na magistratura como juiz federal em 1988 e em 2008 foi nomeado para o cargo de ministro do STJ – agradeceu a iniciativa dos indicadores das congratulações, destacando a existência de um objetivo principal da homenagem que diz respeito à prestação laboriosa do serviço à Justiça.

O ministro parabenizou a todos os agraciados, dos mais variados segmentos, manifestando “ter o coração em festa de poder prestar o serviço de Justiça e atender as demandas dos aflitos que tem os direitos ameaçados ou lesionados”. O magistrado concluiu com a reflexão de que “todos os dias são difíceis para os que estão aflitos, mas a vida é agradável para as pessoas que têm o coração alegre”.

A “Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes” foi idealizada e criada pelo decano do Tribunal, desembargador Bayma Araújo, que também promoveu a atualização das outras duas.

TJMA divulga lista de aprovados em concurso público; confira aqui

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) publicou, nesta quinta-feira (14), por meio do Edital GP 122019, o resultado preliminar das provas objetivas e discursivas (estudo de caso e redação) do concurso público para provimento de cargos vagos e à formação de cadastro de reserva do quadro de pessoal efetivo do Poder Judiciário.

De acordo com o edital, foram analisados os recursos interpostos, quanto à aplicação das provas, divulgação das questões e dos gabaritos preliminares e as respectivas respostas, não tendo qualquer caráter didático, estarão disponíveis no site da Fundação Carlos Chagas www.concursosfcc.com.br no período de 7 (sete) dias, a contar da publicação do resultado.

Confira a lista completa de candidatos considerados habilitados em ordem de pontos [AQUI](#).

Em decorrência da análise dos recursos interpostos, houve atribuição de questões a todos os candidatos que realizaram a prova e alteração de gabarito, conforme indicado abaixo:

ATRIBUIÇÃO DE QUESTÃO

ANALISTA JUDICIÁRIO - DIREITO (D04)

- Questão 33 tipo 1
- Questão 33 tipo 2
- Questão 34 tipo 3
- Questão 34 tipo 4
- Questão 35 tipo 5

ANALISTA JUDICIÁRIO - DIREITO (D04)

- Questão 56 tipo 1
- Questão 56 tipo 2
- Questão 57 tipo 3
- Questão 57 tipo 4
- Questão 55 tipo 5

ANALISTA JUDICIÁRIO - PSICÓLOGO (F06)

- Questão 35 tipo 1
- Questão 35 tipo 2
- Questão 31 tipo 3
- Questão 31 tipo 4
- Questão 32 tipo 5

ALTERAÇÃO DE GABARITO

TÉCNICO JUDICIÁRIO - TÉCNICO EM CONTABILIDADE (K11)

- Questão 53 tipo 1 B

Questão 53 tipo 2 C
Questão 54 tipo 3 C
Questão 54 tipo 4 D
Questão 55 tipo 5 D

TÉCNICO JUDICIÁRIO - TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES (L12)

Questão 34 tipo 1 A
Questão 34 tipo 2 B
Questão 31 tipo 3 B
Questão 31 tipo 4 C
Questão 32 tipo 5 C

No mesmo documento, foi publicado o anexo único com a relação dos candidatos habilitados, após Provas Objetivas, Discursiva-Redação e Discursiva-Estudo de Caso, de acordo com o disposto nos Capítulos 9, 10 e 11 do Edital de Abertura de Inscrições, por meio de três listas: lista geral, lista específica de candidatos com deficiência e lista específica de candidatos negros.

O Tribunal informa ainda que, a partir da data de publicação do Edital 122019, os candidatos poderão verificar seus resultados no site da Fundação Carlos Chagas www.concursosfcc.com.br.

Ficou estabelecido que a vista da Folha de Repostas da Prova Objetiva, da Prova Discursiva Redação e da Prova Discursiva-Estudo de Caso, nos termos dos itens 14.4 a 14.6 do Capítulo 14 do Edital de Abertura do certame, estará disponível durante o período recursal referente ao resultado preliminar das provas, no site da Fundação Carlos Chagas www.concursosfcc.com.br, de acordo com as instruções constantes na página do Concurso Público.

Os recursos referentes aos resultados das Provas deverão ser interpostos no prazo de 2 (dois) dias úteis subsequentes à publicação deste Edital, exclusivamente por meio do site da Fundação Carlos Chagas www.concursosfcc.com.br, de acordo com as instruções constantes na página do Concurso Público.

Desembargadora Angela Salazar é eleita Secretária do COCEVID

A desembargadora Angela Salazar - presidente da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão - foi eleita para o cargo de Secretária do Colégio de Coordenadores da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário Brasileiro (Cocevid), em São Paulo.

O Cocevid reúne as coordenadorias estaduais responsáveis, em seus Tribunais, pelo fomento de políticas institucionais contra a violência doméstica, de forma autônoma ou com órgãos municipais, estaduais ou federais, atuando sempre sob as diretrizes e as metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A eleição da desembargadora do TJMA, Angela Salazar, como Secretária e da desembargadora do TJSC, Salete Sommariva, como presidente do Colégio de Coordenadores da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário Brasileiro ocorreu na sequência dos trabalhos do XI Fonavid, com a apresentação de palestras, debates e oficinas práticas para os juízes que atuam em processos de violência no âmbito das relações domésticas, afetivas ou familiares.

A ideia do Cocevid é unir e fortalecer as coordenadorias estaduais das mulheres e aproximá-las do Fórum Nacional de Juízas e Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Fonavid). O trabalho do Cocevid consiste na força da união pelo enfrentamento da violência contra as mulheres e da desigualdade existente nos direitos humanos das mulheres.

O Fonavid tem a tarefa de elaborar enunciados que orientam os procedimentos dos operadores do direito e subsidiam decisões e entendimentos dos integrantes da magistratura brasileira.

Coordenadoria de Planejamento do TJ/MA emite parecer favorável para criação da 3ª Vara no Fórum de Barra do Corda

O município de Barra do Corda, distante 430 km da capital São Luís, poderá ter a 3ª Vara no Fórum de Justiça daquela cidade, que abrange também os municípios de Fernando Falcão e Jenipapo dos Vieiras. O pedido foi feito pelos juízes Iran Kurban Filho e Queiroga Filho, titulares da 1ª e 2ª Vara da comarca, por meio de um Relatório de Correição Geral Ordinária de 2018, sob alegação de que as duas Varas existentes não estão atendendo à alta demanda processual da comarca de Barra do Corda, fator este, alegou o juiz, que compromete a qualidade dos serviços da prestação jurisdicional. Em 2013, a 3ª Vara foi criada através pela Lei Complementar nº 158/2013, porém, é necessário que o Plenário do Tribunal de Justiça aprove o pedido e, em seguida, deverão ser criados os cargos de juiz, analistas judiciários e técnicos judiciários.

PUBLICIDADE

Em consulta realizada pela Coordenadoria Geral de Planejamento do TJ/MA, ontem dia 13 de novembro, no sistema Termojuris, a 1ª Vara da Comarca de Barra do Corda, de responsabilidade do juiz Queiroga Filho, possui taxa de congestionamento de julgamento de 50,69% e taxa de congestionamento de baixa de 71,88%. Além disso, possui um acervo total de 8.499 processos, dos quais 3.454 não foram julgados. Quanto aos processos com excesso de prazo, a unidade possui 548 processos conclusos e 742 processos aguardando movimentação há mais de cem dias.

Ainda segundo a Coordenadoria do Tribunal, a quantidade de processos distribuídos, nos últimos três anos (2016, 2017 e 2018), a 1ª Vara registrou uma média mensal de 177 processos. Em 2019, a unidade registrou, até o momento, uma distribuição de 3.511 processos, que perfaz uma média mensal de 338 processos.

Já na 2ª Vara sob a responsabilidade do juiz Iran Kurban, e após consulta realizada pela Coordenadoria do Tribunal, ontem dia 13 de novembro, no sistema Termojuris, possui taxa de congestionamento de julgamento de 50,36% e taxa de congestionamento de baixa de 78,53%. Além disso, possui um acervo total de 13.023 processos, dos quais, 5.113 não estão julgados. Quanto aos processos com excesso de prazo, a unidade possui 1.118 processos conclusos e 4.073 aguardando movimentação há mais de cem dias. Foram distribuídos entre 2016 a 2018, aproximadamente, uma média de 174 processos por mês. Em 2019, a unidade registrou um total de 6.650 processos distribuídos até a presente data, o que perfaz uma média impressionante, disse a Coordenadoria do Tribunal, de 639 processos por mês.

“Embora a taxa de congestionamento de julgamento não esteja na faixa de maior criticidade, graças aos imensos esforços empreendidos pelos magistrados atuantes na Comarca, que apresentam elevada produtividade, entendo que o acervo e a distribuição de casos novos não é proporcional ao número de unidades, não sendo suportável a carga de trabalho para apenas duas secretarias judiciais, com o atual quadro de pessoal, o que pode ser constatado avaliando-se a quantidade de processos aguardando movimentação em secretaria há mais de cem dias”, disse a juíza Kariny Reis, da Coordenadoria de Planejamento do TJ/MA.

A juíza disse ainda, que a Vara de Barra do Corda é a comarca do Maranhão que recebe o maior número de processos de competência delegada da Justiça Federal, o que contribui sobremaneira para o congestionamento

processual.

Dra Kariny Reis disse ainda, que a população de Barra do Corda, segundo o IBGE, possui 87.794 habitantes, e conta ainda com os dois termos judiciários que são as cidades de Fernando Falcão(10.258 habitantes) e Jenipapo dos Vieiras(16.321 habitantes).

“Logo, utilizando como parâmetros o acervo geral, a distribuição média mensal dos anos de 2016 a 2018 e as taxas de congestionamento processual, verifico que a instalação da 3ª Vara de Barra do Corda se mostra prioritária. Inclusive, essa necessidade foi apontada por meio do OFC-GCGJ-24442019, que trata de estudo realizado a respeito da instalação ou transformação prioritária de comarcas criadas e não instaladas”, disse a juíza.

A Coordenadoria disse em seu parecer que caso haja impossibilidade de lotação imediata de quadro próprio de servidores na nova unidade, a mesma sugere a cessão provisória por parte dos juízes atuais, até que sejam lotados novos servidores e concluiu seu relatório opinando pela criação da 3ª Vara de Barra do Corda.

“Assim, opino favoravelmente a instalação da 3ª Vara da Comarca de Barra do Corda, tendo em vista que é uma medida recomendável para que sejam alcançados melhores resultados, vez que possibilitará uma melhor divisão do trabalho entre os servidores e melhor gestão do acervo, contribuindo para o incremento da produtividade”, concluiu a juíza.

NOTA DA PREFEITURA DE SANTA INÊS SOBRE O FERIADO DO DIA 20 DE NOVEMBRO

Inicialmente insta destacar que foi encaminhado Projeto de Lei para Revogação **do artigo 2º da LEI nº 056, de 04 de dezembro de 2013, e dá outras providências, ou seja, dia 20/11 continuará sendo instituída o dia Municipal da Consciência Negra, mas não será feriado municipal.**

Convém informar, uma ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Maranhão, pela Federação das Indústrias do Estado do Maranhão e Associação Comercial do Maranhão, foi aceita pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que decidiu pôr fim no feriado estadual.

De acordo com a decisão, o Estado do Maranhão não dispõe de competência para estabelecer novo feriado civil - além do dia 28 de julho (Dia de Adesão do Maranhão à Independência do Brasil).

Segundo o relator Kleber Carvalho, os feriados religiosos também estão previamente estipulados pelo diploma federal referido, que ressalvou à lei municipal a declaração acerca dos dias em que deverão recair, mas não a competência para instituí-los.

Kleber Carvalho destacou que o Estado do Maranhão, ao instituir feriado civil fora do âmbito de sua competência, violou normas de reprodução obrigatória da Carta Política estadual (artigos 1º, §2º, e 11) que versam sobre competência, de modo que possível o ajuizamento de ação direta para contestar a validade da Lei impugnada em face da própria Constituição Estadual.

No julgamento da ação que reconheceu a inconstitucionalidade da lei que criou o feriado no Dia da Consciência Negra, o Pleno do Tribunal de Justiça reafirmou a importância da data. "Independentemente do resultado, a efeméride, ainda que não possa ser considerada feriado por conta de restrições constitucionais, merece ser enaltecida e respeitada por todos", afirmou o desembargador Paulo Velten no julgamento.

Confira a lista preliminar de aprovados no concurso para o Tribunal de Justiça do Maranhão

Veja a lista com o resultado e todos os nomes na concorrência geral, candidatos com deficiência e candidatos negros, além do prazo para recurso.

Por G1 MA — São Luís, MA

A Fundação Carlos Chagas divulgou nesta quinta-feira (14) o resultado preliminar do concurso para cargos vagos e cadastro de reserva no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA). Mais de 65 mil pessoas se inscreveram para o concurso do órgão, que oferece 63 vagas em 13 áreas.

Confira a lista preliminar dos candidatos aprovados

Os recursos referentes aos resultados das provas deverão ser interpostos no prazo de dois dias úteis após esta quinta (14), data da publicação do resultado, apenas por meio do site da Fundação Carlos Chagas.

As provas do concurso para o TJ-MA foram realizadas no dia 29 de setembro em São Luís, Caxias e Imperatriz. Das 65.221 inscrições, mais de 13 mil foram candidatos declarados negros e 812 com algum tipo de deficiência. De acordo com o Tribunal, a maior concorrência foi para o cargo de Técnico Judiciário (Apoio Técnico Administrativo), que conta com 2.278 candidatos por vaga em ampla concorrência.

Além das vagas para contratação imediata, o concurso também ofereceu formação de cadastro de reserva nos níveis médio e superior. Foram ofertadas vagas nas áreas de Analista Judiciário (Analista de Sistemas - Desenvolvimento, Analista de Sistemas - Suporte e Rede), Engenharia Mecânica, Direito, Assistência Social, Psicologia, Psiquiatria, Oficial de Justiça, Técnico Judiciário (Apoio Técnico Administrativo), Técnico em Informática (Hardware), Técnico em Informática (Software), Técnico em Contabilidade e Técnico em Edificações.

Os salários são de R\$ 8.230,25 para Analista Judiciário; R\$ 6.883,85 para Oficial de Justiça e R\$ 3.927,72 para Técnico Judiciário. Os servidores também tem direito ao auxílio-alimentação no valor de R\$ 885,00, sem prejuízo das vantagens asseguradas pelos Planos de Carreiras e Vencimentos.

TJ-MA divulga resultado preliminar das provas do concurso público

Os candidatos poderão verificar seus resultados no site da Fundação Carlos Chagas.

DIVULGAÇÃO/TJ-MA

CAROLINA - O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) publicou, nesta quinta-feira (14), por meio do Edital GP 122019, o resultado preliminar das provas objetivas e discursivas (estudo de caso e redação) do concurso público para provimento de cargos vagos e à formação de cadastro de reserva do quadro de pessoal efetivo do Poder Judiciário.

De acordo com o edital, foram analisados os recursos interpostos, quanto à aplicação das provas, divulgação das questões e dos gabaritos preliminares e as respectivas respostas, não tendo qualquer caráter didático, estarão disponíveis no site da Fundação Carlos Chagas www.concursosfcc.com.br no período de 7 dias, a contar da publicação do resultado.

Em decorrência da análise dos recursos interpostos, houve atribuição de questões a todos os candidatos que realizaram a prova e alteração de gabarito, conforme indicado abaixo:

ATRIBUIÇÃO DE QUESTÃO

ANALISTA JUDICIÁRIO - DIREITO (D04)

- Questão 33 tipo 1
- Questão 33 tipo 2
- Questão 34 tipo 3
- Questão 34 tipo 4
- Questão 35 tipo 5

ANALISTA JUDICIÁRIO - DIREITO (D04)

- Questão 56 tipo 1
- Questão 56 tipo 2
- Questão 57 tipo 3
- Questão 57 tipo 4
- Questão 55 tipo 5

ANALISTA JUDICIÁRIO - PSICÓLOGO (F06)

- Questão 35 tipo 1
- Questão 35 tipo 2
- Questão 31 tipo 3
- Questão 31 tipo 4
- Questão 32 tipo 5

ALTERAÇÃO DE GABARITO

TÉCNICO JUDICIÁRIO - TÉCNICO EM CONTABILIDADE (K11)

- Questão 53 tipo 1 B
- Questão 53 tipo 2 C

Questão 54 tipo 3 C

Questão 54 tipo 4 D

Questão 55 tipo 5 D

TÉCNICO JUDICIÁRIO - TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES (L12)

Questão 34 tipo 1 A

Questão 34 tipo 2 B

Questão 31 tipo 3 B

Questão 31 tipo 4 C

Questão 32 tipo 5 C

No mesmo documento, foi publicado o anexo único com a relação dos candidatos habilitados, após Provas Objetivas, Discursiva-Redação e Discursiva-Estudo de Caso, de acordo com o disposto nos Capítulos 9, 10 e 11 do Edital de Abertura de Inscrições, por meio de três listas: lista geral, lista específica de candidatos com deficiência e lista específica de candidatos negros.

O Tribunal informa ainda que, a partir da data de publicação do Edital 122019, os candidatos poderão verificar seus resultados no site da Fundação Carlos Chagas www.concursosfcc.com.br.

Ficou estabelecido que a vista da Folha de Repostas da Prova Objetiva, da Prova Discursiva Redação e da Prova Discursiva-Estudo de Caso, nos termos dos itens 14.4 a 14.6 do Capítulo 14 do Edital de Abertura do certame, estará disponível durante o período recursal referente ao resultado preliminar das provas, no site da Fundação Carlos Chagas www.concursosfcc.com.br, de acordo com as instruções constantes na página do Concurso Público.

Os recursos referentes aos resultados das Provas deverão ser interpostos no prazo de 2 (dois) dias úteis subsequentes à publicação deste Edital, exclusivamente por meio do site da Fundação Carlos Chagas www.concursosfcc.com.br, de acordo com as instruções constantes na página do Concurso Público.

Registros históricos marcam os 206 anos do Tribunal de Justiça

A história da criação do Tribunal de Justiça do Maranhão remonta ao período colonial; a instalação da Corte maranhense será comemorada hoje, às 10h, em sessão solene, quando serão homenageadas várias personalidades

SÃO LUÍS - Terceira Corte de Justiça mais antiga do país, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) completou 206 anos de existência na última segunda-feira, 4 de novembro. A instalação da Corte maranhense será comemorada hoje, às 10h, em sessão solene, quando serão homenageadas várias personalidades pela Corte Estadual de Justiça, com a concessão das Medalha dos Bons Serviços Desembargador Bento Moreira Lima; Medalha do Mérito Judiciário Antonio Rodrigues Vellozo; e Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes.

A Medalha Desembargador Bento Moreira Lima é concedida aos magistrados que tiverem completado 10, 20, 30 e 40 anos de bons serviços prestados à magistratura maranhense. A Medalha do Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Vellozo é concedida a personalidades que tenham prestado relevantes serviços à Justiça. Já a Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes é a comenda mais alta do Poder Judiciário Maranhense.

O Tribunal de Justiça do Maranhão teve sua origem como tribunal de apelação e remonta ao período colonial, quando o príncipe regente português Dom João VI ditava as regras da organização dos serviços judiciários em uma vasta área territorial, ainda dividida em capitanias hereditárias. Naquela época, apenas duas cortes de Justiça funcionavam no Brasil: a da Bahia (1619), a mais antiga, e a do Rio de Janeiro (1751).

A primeira jurisdicionava as capitanias do Sul e a segunda, todo o Nordeste. Em meados do século XIX, a Capitania do Maranhão reunia as vilas de Alcântara, Aldeias Altas, Vinhais, Icatu, Guimarães, Viana, Monção, Paço do Lumiar e São Luís não contava com mais de 18 mil habitantes. A Colônia passava por profundas mudanças nos campos político e econômico, notadamente em relação à administração da Justiça e o clima era de transição da condição de Brasil-corte para Brasil-reino.

Grande desafio

Segundo os registros da história, os entraves na aplicação da Justiça colonial eram um grande desafio. Além das enormes distâncias em relação à sede administrativa da monarquia, das longas e penosas viagens por mar e terra, havia constantes intrigas entre autoridades civis, religiosas e os magistrados. Esse era o cenário existente, quando, em 28 de agosto de 1811, Dom João editou a Resolução Régia criando a Relação do Distrito de São Luís do Maranhão.

O regimento do novo colegiado foi publicado em 5 de maio de 1812 e posto em execução em 13 do mesmo mês - data natalícia do príncipe regente. Segundo esse mesmo alvará, extinguiu a Junta de Justiça, presidida pelo governador da capitania, com o auxílio do relator, do ouvidor-geral, e do juiz de fora, autoridades judiciais que cuidavam da administração local dos conflitos.

Jurisdição

A Relação do Maranhão, primeiro nome recebido pelo TJMA, exercia jurisdição sobre as comarcas do Maranhão, Pará, Rio Negro, Ceará e Piauí e de suas decisões cabia recurso à Casa de Suplicação de Lisboa, e não à Casa de Suplicação do Brasil, tribunal de terceira instância instalado no Rio de Janeiro, sede administrativa do Brasil no período colonial, onde eram recebidas as apelações oriundas das capitânias.

O corpo funcional da Relação do Maranhão era composto pelo governador e capitão-general como presidente, que não votava nem assinava sentença; um chanceler e dez desembargadores. O ato régio em que se declara a criação do Tribunal e nomeação dos seus membros ao governador do Maranhão (Almirante Paulo d Silva Gama o Barão de Bagé) fora publicado na edição de 14 de maio de 1812 do jornal Gazeta do Rio de Janeiro.

Os magistrados foram chamados de desembargadores porque integravam o Desembargo do Paço, órgão julgador criminal vinculado à Casa de Suplicação do Brasil, onde eles despachavam e desembargavam as apelações em casos de condenação com pena de morte nas quais os acusados pediam clemência ao rei. Essa denominação é utilizada, atualmente, para designar os juízes de instâncias superiores da Justiça estadual e federal.

O Tribunal foi instalado no dia 4 de novembro de 1813, provisoriamente, na antiga Casa de Câmara e Senado, hoje prédio da Prefeitura Municipal, na Praça Pedro II, Centro histórico de São Luís.

Posse

Tomaram posse apenas cinco dos seus dez membros. Encontra-se na Biblioteca do Tribunal a Ata de posse dos seus membros fundadores, com os autógrafos respectivos, encabeçados pelo chanceler. Em 1818, a corte foi transferida para sua primeira sede própria, localizada no edifício que pertencia ao antigo Real Fisco, hoje 1º Distrito de Polícia Civil da capital. O endereço da corte, em casarão colonial no cruzamento das antigas Rua da Relação (14 de Julho) com Rua da Palma (Herculano Parga), só viria a mudar após a proclamação da República.

O primeiro presidente da Relação do Maranhão, desembargador Antonio Rodrigues Vellozo, responsável pela aquisição da sede, era paulista. Veio a exercer o cargo de provedor da Santa Casa de Misericórdia, tendo sido responsável pela reconstrução daquele hospital. Por esse motivo, foi homenageado com uma tela de autoria desconhecida, restaurada e mantida em exposição permanente no Salão Nobre do Tribunal de Justiça.

Mudanças

A independência do Brasil, em 1822, e a edição da Constituição de 1824 acarretaram mudanças marcantes na organização judiciária brasileira. O Judiciário foi alçado à condição de Poder de Estado. A nova Carta instituiu os juízes de paz e juízes de direito, na primeira instância, e na segunda, os tribunais de relação das províncias, para julgamento de recursos de sentenças, e o Supremo Tribunal de Justiça, para revisão de causas e conflitos de jurisdição. Esse acontecimento marcou a passagem da antiga estruturação judiciária do século XVII para um novo modelo, característico do período Imperial.

Organização judiciária

Em 1891 sobreveio nova alteração na organização judiciária. E novamente, o tribunal passa para outra sede, desta vez um sobradão colonial no cruzamento da antiga Rua Formosa (Afonso Pena) com Rua Direita. Aí foi instalado com o nome de Superior Tribunal de Justiça, sendo eleito para presidente o desembargador Carlos de Andrade Peixoto. As obras raras do acervo da biblioteca do Tribunal ainda são preservadas em estantes antigas com a inscrição STJ, detalhe que confunde os visitantes do Palácio da Justiça, desavisados sobre os pormenores de sua história.

Nova reestruturação judiciária viria a rebatizar o Tribunal com o nome de Corte de Apelação, em 1934. Em 1947, finalmente, a corte estadual, assim como as demais, passaram a ser chamados de Tribunal de Justiça, nomenclatura vigente até os dias atuais. O regime militar implantado em 1964 não alterou essa última nomenclatura, permanecendo assim até os dias atuais. A sede atual só veio a ser inaugurada em 7 de março de 1948, na Praça D. Pedro II, onde permanece funcionando.

TJMA divulga resultado preliminar das provas objetivas e discursivas

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) publicou, nesta quinta-feira (14), por meio do Edital GP 122019
Fonte: TJMA

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) publicou, nesta quinta-feira (14), por meio do Edital GP 122019, o resultado preliminar das provas objetivas e discursivas (estudo de caso e redação) do concurso público para provimento de cargos vagos e à formação de cadastro de reserva do quadro de pessoal efetivo do Poder Judiciário.

De acordo com o edital, foram analisados os recursos interpostos, quanto à aplicação das provas, divulgação das questões e dos gabaritos preliminares e as respectivas respostas, não tendo qualquer caráter didático, estarão disponíveis no site da Fundação Carlos Chagas www.concursosfcc.com.br no período de 7 (sete) dias, a contar da publicação do resultado.

Em decorrência da análise dos recursos interpostos, houve atribuição de questões a todos os candidatos que realizaram a prova e alteração de gabarito, conforme indicado abaixo:

ATRIBUIÇÃO DE QUESTÃO

ANALISTA JUDICIÁRIO - DIREITO (D04)

- Questão 33 tipo 1
- Questão 33 tipo 2
- Questão 34 tipo 3
- Questão 34 tipo 4
- Questão 35 tipo 5

ANALISTA JUDICIÁRIO - DIREITO (D04)

- Questão 56 tipo 1
- Questão 56 tipo 2
- Questão 57 tipo 3
- Questão 57 tipo 4
- Questão 55 tipo 5

ANALISTA JUDICIÁRIO - PSICÓLOGO (F06)

- Questão 35 tipo 1
- Questão 35 tipo 2
- Questão 31 tipo 3
- Questão 31 tipo 4
- Questão 32 tipo 5

ALTERAÇÃO DE GABARITO

TÉCNICO JUDICIÁRIO - TÉCNICO EM CONTABILIDADE (K11)

Questão 53 tipo 1 B
Questão 53 tipo 2 C
Questão 54 tipo 3 C
Questão 54 tipo 4 D
Questão 55 tipo 5 D

TÉCNICO JUDICIÁRIO - TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES (L12)

Questão 34 tipo 1 A
Questão 34 tipo 2 B
Questão 31 tipo 3 B
Questão 31 tipo 4 C
Questão 32 tipo 5 C

No mesmo documento, foi publicado o anexo único com a relação dos candidatos habilitados, após Provas Objetivas, Discursiva-Redação e Discursiva-Estudo de Caso, de acordo com o disposto nos Capítulos 9, 10 e 11 do Edital de Abertura de Inscrições, por meio de três listas: lista geral, lista específica de candidatos com deficiência e lista específica de candidatos negros.

O Tribunal informa ainda que, a partir da data de publicação do Edital 122019, os candidatos poderão verificar seus resultados no site da Fundação Carlos Chagas www.concursosfcc.com.br.

Ficou estabelecido que a vista da Folha de Repostas da Prova Objetiva, da Prova Discursiva Redação e da Prova Discursiva-Estudo de Caso, nos termos dos itens 14.4 a 14.6 do Capítulo 14 do Edital de Abertura do certame, estará disponível durante o período recursal referente ao resultado preliminar das provas, no site da Fundação Carlos Chagas www.concursosfcc.com.br, de acordo com as instruções constantes na página do Concurso Público.

Os recursos referentes aos resultados das Provas deverão ser interpostos no prazo de 2 (dois) dias úteis subsequentes à publicação deste Edital, exclusivamente por meio do site da Fundação Carlos Chagas www.concursosfcc.com.br, de acordo com as instruções constantes na página do Concurso Público.

TJMA divulga resultado preliminar das provas objetivas e discursivas

Foram analisados os recursos interpostos, quanto à aplicação das provas, divulgação das questões e dos gabaritos preliminares e as respectivas respostas

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) publicou, nesta quinta-feira (14), por meio do Edital GP 122019, o resultado preliminar das provas objetivas e discursivas (estudo de caso e redação) do concurso público para provimento de cargos vagos e à formação de cadastro de reserva do quadro de pessoal efetivo do Poder Judiciário.

De acordo com o edital, foram analisados os recursos interpostos, quanto à aplicação das provas, divulgação das questões e dos gabaritos preliminares e as respectivas respostas, não tendo qualquer caráter didático, estarão disponíveis no site da Fundação Carlos Chagas www.concursosfcc.com.br no período de 7 (sete) dias, a contar da publicação do resultado.

Em decorrência da análise dos recursos interpostos, houve atribuição de questões a todos os candidatos que realizaram a prova e alteração de gabarito, conforme indicado abaixo:

ATRIBUIÇÃO DE QUESTÃO

ANALISTA JUDICIÁRIO - DIREITO (D04)

Questão 33 tipo 1

Questão 33 tipo 2

Questão 34 tipo 3

Questão 34 tipo 4

Questão 35 tipo 5

ANALISTA JUDICIÁRIO - DIREITO (D04)

Questão 56 tipo 1

Questão 56 tipo 2

Questão 57 tipo 3

Questão 57 tipo 4

Questão 55 tipo 5

ANALISTA JUDICIÁRIO - PSICÓLOGO (F06)

Questão 35 tipo 1

Questão 35 tipo 2

Questão 31 tipo 3

Questão 31 tipo 4

Questão 32 tipo 5

ALTERAÇÃO DE GABARITO

TÉCNICO JUDICIÁRIO - TÉCNICO EM CONTABILIDADE (K11)

Questão 53 tipo 1 B

Questão 53 tipo 2 C

Questão 54 tipo 3 C

Questão 54 tipo 4 D

Questão 55 tipo 5 D

TÉCNICO JUDICIÁRIO - TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES (L12)

Questão 34 tipo 1 A

Questão 34 tipo 2 B

Questão 31 tipo 3 B

Questão 31 tipo 4 C

Questão 32 tipo 5 C

No mesmo documento, foi publicado o anexo único com a relação dos candidatos habilitados, após Provas Objetivas, Discursiva-Redação e Discursiva-Estudo de Caso, de acordo com o disposto nos Capítulos 9, 10 e 11 do Edital de Abertura de Inscrições, por meio de três listas: lista geral, lista específica de candidatos com deficiência e lista específica de candidatos negros.

O Tribunal informa ainda que, a partir da data de publicação do Edital 122019, os candidatos poderão verificar seus resultados no site da Fundação Carlos Chagas www.concursosfcc.com.br.

Ficou estabelecido que a vista da Folha de Repostas da Prova Objetiva, da Prova Discursiva Redação e da Prova Discursiva-Estudo de Caso, nos termos dos itens 14.4 a 14.6 do Capítulo 14 do Edital de Abertura do certame, estará disponível durante o período recursal referente ao resultado preliminar das provas, no site da Fundação Carlos Chagas www.concursosfcc.com.br, de acordo com as instruções constantes na página do Concurso Público.

Os recursos referentes aos resultados das Provas deverão ser interpostos no prazo de 2 (dois) dias úteis subsequentes à publicação deste Edital, exclusivamente por meio do site da Fundação Carlos Chagas www.concursosfcc.com.br, de acordo com as instruções constantes na página do Concurso Público.

Entrega de medalhas marca comemoração dos 206 anos do TJMA

Em solenidade comemorativa pelos 206 anos da Corte estadual de Justiça, o Poder Judiciário do Maranhão concedeu, nesta quinta-feira (14), a "Medalha dos Bons Serviços Desembargador Bento Moreira Lima"; a "Medalha do Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Vellozo" e a "Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes" a personalidades que se destacam pelos relevantes serviços prestados à Justiça e à cidadania. As medalhas foram entregues pelos desembargadores da Corte estadual.

Foram agraciados magistrados do Judiciário estadual e de outros tribunais, advogados, procuradores, assim como personalidades de diversos ramos profissionais, tais como professores, médicos, autoridades militares, deputados, jornalista e empresário. Entre os homenageados destaca-se o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Benedito Gonçalves.

Em seu discurso, o presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, enalteceu a contribuição daqueles que construíram a história e projetaram a Corte judicial maranhense nos últimos dois séculos.

"Mudanças positivas ocorreram no âmbito do Tribunal ao longo desses 206 anos. Para isso, foram fundamentais o comprometimento e a valiosa contribuição dos eminentes desembargadores - dos fundadores aos atuais - eminentes juízes de Direito e dos estimados servidores e de toda a família judiciária, na prestação de serviços inerentes à distribuição de Justiça, num grau de profissionalismo que nos deixa muito felizes", assinalou.

O desembargador Joaquim Figueiredo parabenizou os homenageados pelos importantes serviços prestados à Justiça e disse ser grato a todos os que sonham e fazem um mundo melhor.

"A todos, uma cordial saudação e o penhor da nossa mais profunda gratidão. Longa e bela vida ao Egrégio Tribunal de Justiça do Maranhão. Que os seus 206 anos ajudem a fortalecer a Justiça e as instituições democráticas, para o bem do povo maranhense e brasileiro. Somos a Justiça da esperança e dos sonhos. Temos em nós todos os sonhos do mundo", concluiu.

Em nome de todos os agraciados, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Benedito Gonçalves - que ingressou na magistratura como juiz federal em 1988 e em 2008 foi nomeado para o cargo de ministro do STJ - agradeceu a iniciativa dos indicadores das congratulações, destacando a existência de um objetivo principal da homenagem que diz respeito à prestação laboriosa do serviço à Justiça.

O ministro parabenizou a todos os agraciados, dos mais variados segmentos, manifestando "ter o coração em festa de poder prestar o serviço de Justiça e atender as demandas dos aflitos que tem os direitos ameaçados ou lesionados". O magistrado concluiu com a reflexão de que "todos os dias são difíceis para os que estão aflitos, mas a vida é agradável para as pessoas que têm o coração alegre".

A "Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes" foi idealizada e criada pelo decano do Tribunal, desembargador Bayma Araújo, que também promoveu a atualização das outras duas.

MEDALHA BENTO MOREIRA LIMA

A "Medalha Desembargador Bento Moreira Lima" foi criada em 1986 em homenagem a um dos mais ilustres juristas do Maranhão para ser concedida a magistrados que completarem dez, 20, 30 e 40 anos de bons serviços na magistratura.

Pelos 30 anos de magistratura, foram homenageados com a "Medalha Desembargador Bento Moreira Lima" o desembargador José de Ribamar Castro (entregue pelo presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo) e os juízes Antônio José Vieira Filho, Lucimary Castelo Branco Campos dos Santos, Manoel Aureliano Ferreira Neto, Maria do Socorro Mendonça Carneiro, Oriana Gomes, Raimundo Nonato Neris Ferreira, Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro e Talvick Afonso Atta de Freitas.

Por completarem dez anos na magistratura, receberam também a comenda o desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho (também recebida pelo presidente da Corte de Justiça, desembargador Joaquim Figueiredo) e os juízes Marco Adriano Ramos Fonseca, Antonio Elias de Queiroga Filho, Marcelo Silva Moreira, Clenio Lima Correa, Paulo Roberto Brasil Teles de Menezes, Marcela Santana Lobo, Clécia Pereira Monteiro, Glender Malheiros Guimarães, Daniela de Jesus Bonfim Pereira, Mirela Cezar Freitas, José Augusto Sá Costa Leite, Aureliano Coelho Ferreira, João Paulo Mello, Silvio Alves Nascimento, Duarte Henrique Ribeiro de Souza, Flávia Pereira da Silva Barcante, Weline de Souza Coelho, Carolina de Sousa Castro, Frederico Feitosa de Oliveira, Elaile Silva Carvalho, Jorge Antonio Sales Leite, Odete Maria Pessoa Mota e Marcelo Santana Farias.

MEDALHA ANTÔNIO RODRIGUES VELLOZO

O Tribunal homenageou personalidades ilustres com a concessão da "Medalha do Mérito Judiciário Desembargador Antônio Rodrigues Vellozo", criada pela Lei nº 2.814, de 4/12/1967 e regulamentada pela Resolução nº 4 de 24 de fevereiro de 1999, em homenagem ao primeiro chanceler do Tribunal da Relação de São Luís.

Ela é concedida a magistrados, membros do Ministério Público, advogados, deputados estaduais, deputados federais, serventuários e outras personalidades de comprovada idoneidade moral e reconhecido merecimento, constatados pela prática de atos ou serviços relevantes em favor do Poder Judiciário do Maranhão.

Receberam a "Medalha Antonio Rodrigues Vellozo" o deputado federal Gil Cutrim; o deputado estadual Pará Figueiredo; o procurador-geral do Estado do Maranhão, Rodrigo Maia Rocha; os advogados Flávia Varão Oliveira Ferreira, Carlos Seabra de Carvalho Coelho, Anna Graziella Santana Neiva de Moreira; os professores Maria Tereza Cabral Costa Oliveira, Maria do Socorro Campos Naufel e Gilman de Carvalho Ferreira; o jornalista José Loredó de Sousa Filho; o comandante do 24º BIS, Batalhão de Infantaria de Selva do Exército Brasileiro, tenente coronel Luciano Freitas e Sousa Filho; a presidente da Cooperativa de Reciclagem de São Luís, Maria José Castro; Isa Bezerra Figueiredo; os médicos Egídio de Carvalho Ribeiro, Hélio Silva e Ruy Palhano Silva; o empresário e acadêmico Carlos Tadeu Pinheiro Gaspar; o diretor-geral do Ministério Público do Trabalho, procurador Luciano Aragão Santos e o comandante-geral da Polícia Militar do Maranhão, coronel Ismael de Souza Fonsêca.

MEDALHA CÂNDIDO MENDES

Já a "Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes", a mais alta comenda do Poder Judiciário maranhense, criada pela Resolução nº 56, de 23 de outubro de 2013, em reverência ao grande jurista maranhense que se notabilizou pelos estudos jurídicos em defesa das fronteiras do país, foi concedida ao ministro do STJ, Benedito Gonçalves; ao presidente do TJPI, desembargador Sebastião Ribeiro Martins; ao presidente do TJRS,

desembargador Carlos Eduardo Zietlow Duro; ao presidente do TJSP, desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças; ao diretor geral da Escola Judicial do Piauí (EJUPI), Fernando Lopes e Silva Neto; ao conselheiro Nacional de Justiça, Henrique de Almeida Ávila; ao professor e ex-ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo e ao ministro do STJ, Paulo Dias de Moura Ribeiro.

Após a solenidade comemorativa dos 206 anos do TJMA, realizada na Sala das Sessões Plenárias, o presidente da Corte, desembargador José Joaquim Figueiredo, entregou ao ministro do STJ, Benedito Gonçalves, ao presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Carlos Eduardo Zietlow Duro, e ao diretor da Escola Superior da Magistratura do Piauí, Fernando Lopes e Silva Neto, a Medalha comemorativa do bicentenário do TJMA, em cerimônia no seu gabinete, no Palácio Clóvis Bevilácqua.

POSTLINK%%

TJMA divulga resultado preliminar das provas objetivas e discursivas

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) publicou, nesta quinta-feira (14), por meio do Edital GP 122019, o resultado preliminar das provas objetivas e discursivas (estudo de caso e redação) do concurso público para provimento de cargos vagos e à formação de cadastro de reserva do quadro de pessoal efetivo do Poder Judiciário.

De acordo com o edital, foram analisados os recursos interpostos, quanto à aplicação das provas, divulgação das questões e dos gabaritos preliminares e as respectivas respostas, não tendo qualquer caráter didático, estarão disponíveis no site da Fundação Carlos Chagas www.concursosfcc.com.br no período de 7 (sete) dias, a contar da publicação do resultado.

Em decorrência da análise dos recursos interpostos, houve atribuição de questões a todos os candidatos que realizaram a prova e alteração de gabarito, conforme indicado abaixo:

ATRIBUIÇÃO DE QUESTÃO

ANALISTA JUDICIÁRIO - DIREITO (D04)

Questão 33 tipo 1

Questão 33 tipo 2

Questão 34 tipo 3

Questão 34 tipo 4

Questão 35 tipo 5

ANALISTA JUDICIÁRIO - DIREITO (D04)

Questão 56 tipo 1

Questão 56 tipo 2

Questão 57 tipo 3

Questão 57 tipo 4

Questão 55 tipo 5

ANALISTA JUDICIÁRIO - PSICÓLOGO (F06)

Questão 35 tipo 1

Questão 35 tipo 2

Questão 31 tipo 3

Questão 31 tipo 4

Questão 32 tipo 5

ALTERAÇÃO DE GABARITO

TÉCNICO JUDICIÁRIO - TÉCNICO EM CONTABILIDADE (K11)

Questão 53 tipo 1 B

Questão 53 tipo 2 C

Questão 54 tipo 3 C

Questão 54 tipo 4 D

Questão 55 tipo 5 D

TÉCNICO JUDICIÁRIO - TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES (L12)

Questão 34 tipo 1 A

Questão 34 tipo 2 B

Questão 31 tipo 3 B

Questão 31 tipo 4 C

Questão 32 tipo 5 C

No mesmo documento, foi publicado o anexo único com a relação dos candidatos habilitados, após Provas Objetivas, Discursiva-Redação e Discursiva-Estudo de Caso, de acordo com o disposto nos Capítulos 9, 10 e 11 do Edital de Abertura de Inscrições, por meio de três listas: lista geral, lista específica de candidatos com deficiência e lista específica de candidatos negros.

O Tribunal informa ainda que, a partir da data de publicação do Edital 122019, os candidatos poderão verificar seus resultados no site da Fundação Carlos Chagas www.concursosfcc.com.br.

Ficou estabelecido que a vista da Folha de Repostas da Prova Objetiva, da Prova Discursiva Redação e da Prova Discursiva-Estudo de Caso, nos termos dos itens 14.4 a 14.6 do Capítulo 14 do Edital de Abertura do certame, estará disponível durante o período recursal referente ao resultado preliminar das provas, no site da Fundação Carlos Chagas www.concursosfcc.com.br, de acordo com as instruções constantes na página do Concurso Público.

Os recursos referentes aos resultados das Provas deverão ser interpostos no prazo de 2 (dois) dias úteis subsequentes à publicação deste Edital, exclusivamente por meio do site da Fundação Carlos Chagas www.concursosfcc.com.br, de acordo com as instruções constantes na página do Concurso Público.